

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Participantes:

Aline Carla Alves de Moura Silva (SESAI/DSEI/MG-ES) e Rafael Fabrício Ferreira (SESAI/DSEI/MG-ES) por videoconferência, Antônio Carlos (TI Comboios – Cacique Tupiniquim), Edna das Neves e Silva (SETADES/ES), Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova - Vice-Líder de Programa), Francisco Nóbrega (DPU/PE) Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova – Jurídico), Hugo Ricardo Lamas Diogo (Ministério Público Federal/Ramboll), Isabel Cecília Mendes Paredes (MMFDH), Jorge Luiz de Paula (Funai/CR-MGES), Luiz Henrique Rodrigues (SECULT/ES), Mônica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo), Renaldo Lino da Silva (TI Krenak), Ricardo Burg (Fundação Renova), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares), Valéria do Socorro Novaes de Carvalho (FUNAI / Fundação Nacional do Índio), Vivian Paes (MPF/FGV), Marília Amaral (FUNAI), Maria Starling (E&Y), Cristiana Freitas (Fundação Renova – Direitos Humanos), Tell Victor Furtado (SESAI), Cristiana Freitas (Fundação Renova), Eva Gazoni (Fundação Renova - Governança), Geraldo Felipe dos Santos (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Fabricia Farias (Assessoria Técnica Rosa Fortini), Sebastião Silvio de Oliveira (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Nelson Pedrosa Júnior (MPF/FGV), Ettore Bernardi (E&Y), Priscilla Peixoto Colodetti (FUNAI).

No dia quinze de maio de 2019, no Hotel Mercure Brasília Líder, localizado no SNH Quadra 5 Bloco, Asa Norte, Brasília/DF aconteceu a 21ª reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais CT-IPCT/CIF com a seguinte pauta:

I) Geral

- i. Devolutiva quanto ao Ofício 01/2019/CT-IPCT Orçamento dos Programas 03 e 04 – apresentação e esclarecimentos (equipe específica do tema)
- ii. Discussão sobre Ofício 02/2019/CT-IPCT e o formato dos próximos Relatórios Trimestrais.
- iii. Detalhamento da proposta para revisão dos Programas 03 e 04 junto às comunidades tradicionais (deliberação CIF)
- iv. Encaminhamentos da reunião ocorrida em 01/04 na Sede da Procuradoria da República em MG, com MPF Debate sobre ações compensatórias e reparatórias no âmbito de desastres ambientais - FGV, UFMG, comissões de atingidos de Barra Longa, Rio Doce, Xopotó (Ponte Nova), Santa Cruz do Escalvado e Mariana, e com representantes da Fundação Renova (Procedimento Administrativo n.º 1.22.000.003765/2015-73).
- v. Apresentação do planejamento dos programas para os próximos 3 meses.

II) Pauta Indígena

- i. Resposta quanto ao pedido de inclusão de novas famílias Krenak, encaminhado pela FUNAI;
- ii. Atualizar informações sobre pauta sistema de abastecimento Tupiniquim Guarani e apresentar cronograma de execução;
- iii. Agenda em resposta ao Ofício Fundação Renova OFI.NII.102018.4511-3 – ECI Tupiniquim Guarani;
- iv. Encaminhamentos da pauta Indígena.

III) Pauta Quilombola

- i. Revisão do PG04 considerando agendas dos dias 24/04 e 10/05, encaminhamentos dados;
- ii. Atualização de informações sobre o atendimento emergencial de água;
- iii. Atualização de informações sobre o Projeto Básico para medidas estruturantes de abastecimento de água;
- iv. Apresentação do PIM sobre sua implantação envolvendo outras atividades produtivas e os parâmetros de cálculos;
- v. Informações sobre a elaboração dos planos de ação e de negócio das medidas previstas o PBAQ.
- vi. Encaminhamentos da Pauta de Quilombolas.

IV) Pauta Faiscadores

- i. Atualização das atividades de Mapeamento e agendas com MPF e Cronograma de ações em desenvolvimento e previstas junto às comunidades (encaminhamentos quanto a reunião do dia 16/04/2019).

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

- ii. Proposta de cronograma de discussões vinculadas ao Programa de Indenização para as Comunidades Tradicionais de Faiscadores, a partir das demandas das comunidades já apresentadas à Gerência PCT da Renova (em reuniões nas comunidades e/ou na CT-IPCT)
- iii. Encaminhamentos da pauta de Faiscadores.

A reunião foi iniciada pela coordenadora interina Valéria Novaes, da FUNAI, com as boas vindas aos presentes, em seguida foi realizada uma rodada de apresentações. A pedido de Ricardo Burg, a pauta começou pelo item V dos assuntos gerais - Apresentação do planejamento dos programas para os próximos 3 meses - por entender que isso ajudaria na discussão dos demais itens. Assim, iniciou a apresentação com o mapa dos povos e comunidades atendidos pela Fundação Renova seguido dos processos de indenização (emergencial, transitório e estruturante); informou que o transitório liga o emergencial ao estruturante; que a pactuação envolve estudos, PBA, indenização e execução de PBA. Apresentou os gastos realizados com o Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas (PG03): AFE – 105,7mm; Insumos – 14,8mm; Fornecimento de água – 8,9mm; Infra Krenak – 2mm/ AFE Krenak 61,2mm; Comboios 23,2mm; Tupiniquim-Guarani 46,9mm; comentou que é preciso pensar na utilização desses valores para evitar problemas nas comunidades. Informou os gastos com ações transitórias de pactuação de 2,0mm no ECI Comboios e Tupiniquim-Guarani e ações estruturantes no SAA Krenak de 0,8mm; comentou que às vezes leva-se muito tempo entre a finalização do estudo e a pactuação, por isso disse ser importante as instituições conversarem e apresentarem com clareza as diferenças e convergências nas suas ações nas comunidades; disse também que é preciso finalizar a compreensão de dano para dialogar sobre valoração da indenização, que este é o entendimento da Renova, sendo questionado por Mônica e Jorge a partir de qual momento ocorreu esse entendimento da Fundação, respondido por Ricardo que foi diálogo entre áreas, de maturidade a partir das experiências. Entende que a partir de consenso é possível realizar o PBA; que não foi possível iniciar o processo de transição e pactuação com os Krenak o que dificulta o atendimento de pleitos porque é necessário conseguir dialogar diretamente com eles mesmo que junto com a Vale, o que é premente para realizar o ECI Krenak. Sobre as entregas nos Krenak, disse que há processo em andamento de restauração florestal e recarga de aquíferos, estando em contratação uma consultoria para orientar os trabalhos de acordo com as especificidades étnicas e vão mapear atores indígenas que queiram participar desse processo; informou que os projetos de infraestrutura Krenak e Tupiniquim/Guarani/Comboios estão em andamento, que a ideia é trazer para a CT e para as comunidades de acordo com o entendimento que sair da reunião; entende que as melhorias de acesso às estradas Krenak também são ação estruturante. Apresentou que no processo de pactuação com os Krenak estão acontecendo AFE, Água e Insumos (emergencial), SAA e melhoria de acessos no Estruturante; no processo Tupi-Guarani estão acontecendo AFE, entrega de cestas básicas no emergencial, Estudos no Transitório (nesse ponto Ricardo destacou que estando bem pactuados poderão detalhar as medidas relativas aos danos) e estudos de SAA no Estruturante. Ricardo finalizou a apresentação do PG03 com o cronograma de atividades e informou que querem retomar o diálogo com os Krenak para conseguirem agenda de reparação e realização do ECI. As datas apresentadas foram: maio - visitar aldeias Tupiniquim e Guarani para realizado do projeto de SAA; junho – ida à SAAE Aracruz pra fechar o projeto conceitual; Junho – Plano de Trabalho com CTIPCT pra revisão PG03; Junho – mapeamento dos atores indígenas Krenak para participarem da restauração florestal; Junho - repactuação com as comunidades da revisão do PG03; Julho - orientações para o trabalho de restauração florestal Krenak; Julho - reunião com comunidade para estruturação da Fase 1 do PG03 (fase emergencial). Em seguida, apresentou os gastos realizados com Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais (PG04): 26,4mm em atendimentos emergenciais e indenizações (12,3 em Degredo e 14,1 em outros/ AFE 24,23mm; Faiscadores 2mm e 0,2mm água em Degredo); Transitórias: 2,2mm com ECQ Degredo no que foi feito até agora que entende que são diretrizes de PBA, 21mil em mapeamento de comunidades tradicionais; informou que no processo de pactuação foram aprovadas a proposta de projetos pro PBA Degredo. Mônica perguntou o que foi feito na reunião ocorrida em Linhares – ES, no final de abril, que era para traçar diretrizes de pagamento de indenizações se esse pagamento não será realizado. Ricardo disse que na reunião citada por Mônica ocorreu a explanação do funcionamento do PIN para famílias e do PIN coletivo pois para PCTs existem essas duas dimensões, e ainda não trataram a dimensão coletiva pois precisam do entendimento de dano coletivo para pensar o tipo de indenização. Mônica disse que foi proposto pela comunidade e aceito pela CT que ajudariam no desenho do entendimento de dano. Tiago complementou que a reunião de 25 de abril foi o início da discussão sobre matriz de danos, por isso entenderam que havia sido inaugurado o debate sobre indenização em Degredo e que deveria ser feito o levantamento das cadeias produtivas para identificar os danos. Ricardo respondeu que o argumento da Renova é a necessidade de finalização dos estudos da qualidade da água em Degredo, pois se existir nexos causal direto, a discussão de indenização sofre modificações, por isso Fundação entende que precisa finalizar os estudos antes de definir os valores de indenização. Em seguida, informou que a pactuação do detalhamento dos projetos PBA Quilombola será até dezembro/19 e que os estudos do professor Aderval finalizarão em maio de 2020. Nesse momento, por telefone, Simony, moradora de Degredo, perguntou por que seria preciso

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

finalizar os estudos da água para definir danos pois entende que o ECQ serviu para identificar os danos e que a insegurança hídrica é uma realidade. Ricardo esclareceu que a percepção da insegurança hídrica é um impacto e qualificam esse dano, que o entendimento da Renova é apreciar todos os danos juntos para discutir indenização de uma vez só e no caso de comunidades tradicionais entendem que danos são a soma de vários fatores e que se o pagamento iniciasse agora não haveria inclusão de indenização por danos hídricos pois os estudos vão consolidar as percepções da comunidade. Prosseguiu informando que há previsão de estudos da UFMG sobre a possibilidade de retorno às atividades de fiação mas sem data de início e o tema será trazido para diálogo na CT quando estiver mais claro; comunicou que o Projeto Conceitual de SAA em Degredo será realizado até setembro e o detalhamento do PBAQ Degredo até dezembro. Apresentou as ações realizadas em Degredo: AFE, Cesta Básica e Água no emergencial; Estudos prontos e estudos complementares em andamento no Transitório e PVA, SAA, Execução do PBAQ e Monitoramento no campo estruturante. Edna perguntou sobre o SAA Degredo com gasto de 2,2mm. Ricardo respondeu que entra nesse valor o gasto com abastecimento e estudos para fazer a recuperação hídrica. Sobre as ações desenvolvidas junto aos Faiscadores e outros PCTs apresentou: Emergencial AFE e Cestas Básicas e Mapeamento/Estudos no Transitório. No final, apresentou o cronograma para o PG04: Maio – tratativas com a UFMG sobre pesquisa acerca do retorno da fiação; Maio – Validação da revisão do PG04 pela CTIPCT; Maio – apresentação do Plano de Trabalho de revisão do PG04, Junho - Reunião na comunidade sobre a Fase I do Programa Emergencial; Junho –Organização das interfaces PBA Degredo com outros programas da Renova; Julho – Contratações no âmbito do PBAQ; Julho - Reunião na Comunidade para estruturação da fase 2. Por fim argumentou que a equipe do Programa de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é pequena e possui muitas interfaces e que embora complexo existe a animação para realizarem um bom trabalho. Encerrada a apresentação, Valéria pediu uma pausa de 10 minutos para reunião reservada da CTIPCT para que os representantes presentes pudessem discutir sobre as informações apresentadas. Finalizada a reunião interna, foi iniciado o debate pelo cacique Toninho que destacou que estão lidando com comunidades que foram totalmente impactadas e que há falta de diálogo e entendimento da Fundação Renova com as comunidades indígenas, quilombolas e faiscadores; perguntou se está incluído o gasto com assessorias nos valores gastos pois entende que há um gasto alto com assessoria, o que também acontece nos outros empreendimentos que estão na terra indígena, que possuem experiência na lida com a demanda; disse que o PIN foi criado pela Fundação Renova, portanto quem dá o valor é o empreendimento, logo o valor do produto é dado pela Renova, que hoje tem gente na comunidade que nem sabe o que é o PIN, que a Renova precisa mudar a visão sobre o assunto, o gasto no estudo é alto e o que a Renova paga pelo empreendimento é menor do que ela paga pela compensação; citou o Fórum permanente em Aracruz que conta com a presença dos indígenas, do poder público local e dos empreendimentos que afetam terras indígenas, nesse espaço busca-se solucionar todas as demandas de impactos nos territórios indígena e que quando a Renova fala em desenvolver recursos nas comunidades, informou que isso já está acontecendo, e disse que vai trazer na próxima reunião os projetos que a comunidade tem desenvolvido a partir de PBAs, a exemplo da produção de mel, que são definidos no âmbito do Fórum Permanente; informou que a comunidade quer sustentabilidade para as gerações futuras que ficarão ali após a saída dos empreendimentos, encerrou dizendo que enxerga contradições na fala da Fundação Renova pois entende o gasto financeiro da Fundação junto às populações indica a consciência de que os danos estão claros, e que infelizmente não pode responder em nome de toda a comunidade, mas falando em nome do território, pedirá que a Renova seja incluída no Fórum Permanente e que os estudos sejam suspensos, indagando a necessidade de mais estudos para provar que a água está imprópria pois entende que para a comunidade a proibição de uso deixa claro que há problemas nela. A próxima a fazer uso da palavra foi Mônica que ratificou a fala do cacique Toninho e informou que estudos já vêm acontecendo, que há contaminação na água, que a Renova possui oportunidade de sentar e discutir com a comunidade mas não vê isso sendo feito e quando há conversa fora do território a gerência não vai, entende que esse assunto não deve nem ser discutido pois há cláusula do TTAC que respeita a organização própria, falou que estão sofrendo pressão dentro das comunidades em um desastre de 5 anos e agora a Renova quer voltar atrás para ver danos sendo que toda semana tem um dano novo, tem peixe morrendo no rio, que o dano se repete; é um absurdo pensar em definição de dano diante de todos esses processos que já vivemos e estamos vivendo, a comunidade Degredo começou a ter atendimento a partir de maio de 2017 e não vamos retroceder; há estudos realizados por órgãos ambientais, o que a CT fez até o hoje, o que o IEMA já fez, nada disso está valendo, estamos indo para o terceiro ano de reuniões e nada disso funcionou. Em seguida, falou o Sr. Geraldo: Renova tem causado transtornos não só em nosso território mas em outros, que precisa sentar com a Comissão de Atingidos e não com grupo que quer negociar de forma individual, não tem direito de colher informação dessas pessoas e dividir a comunidade; quando fala em contratação da UFMG para fazer estudo sobre a viabilidade ou não do garimpo, eles vão lá com conhecimento técnico e vão descer com a pá conosco até o fundo do rio e essa pessoa vai ter que fazer isso também e ver o material no fundo, quem conhece de garimpo de margem e fundo do rio é só garimpeiro, técnico vai ter que descer no fundo pra fazer laudo. Também fez uso da palavra o Sr. Sebastião: sentimos que tudo que estamos fazendo agora vai voltar pra trás, que esse período só causou mais danos na comunidade, a Renova não trouxe nada, agora vem com antropólogo, o que querem desenvolver na

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

nossa cidade não vão conseguir porque vamos fazer com nosso modo de vida, com nosso dinheiro, enquanto não tiver certeza que posso mexer naquela água de 7h da manhã até 16h, que é nosso período de trabalho, que vai ficar com a saúde boa, não vamos usar. Não vamos mais aceitar a estratégia apresentada porque já era para o professor terminar o mapeamento, quem vai se autodeclarar é quem a gente já conhece. O representante seguindo foi Reginaldo: pediu mais explicações sobre contratação de empresa para fazer estudo e levantamento. Ricardo respondeu a todos, na seguinte ordem: 1. Respostas a Toninho: concordo muito, só temos o Eduardo para dialogar com Comboios, Tupiniquim e Degredo, temos pedido mais gente para dialogar, então se vamos a uma reunião, deixamos de atender a outro grupo; queremos nos envolver na discussão de projetos de futuro, entendemos que nossa responsabilidade em desenvolver medidas que efetivamente ajudem a construir futuro é muito positivo, temos o compromisso em buscar no estudo preliminar os danos que são compreendidos como consolidados para fazermos as medidas; não é a Renova que cria as regras, existe um modelo de reparação construído no TTAC que a Renova é obrigada a cumprir as diretrizes; paralisar um estudo pode dificultar, podem discordar do estudo o que não significa parar as compensações, podemos encontrar entendimentos comuns e seguir. Precisamos superar o entendimento do dano, é nossa obrigação de cumprimento. A apresentação mostrou que o gasto com assessoria é menor que o gasto com ações emergenciais. 2. Respostas a Mônica: não estamos impondo regras, estamos cumprindo; no caso de Degredo não vamos nos negar a apresentar como a indenização é feita, o que não conseguimos é seguir a indenização porque precisamos mapear todos os danos, se entendem que o dano vai aparecer no ECQ, entendemos, mas falta apresentar todos pra seguir com a indenização; esperamos poder seguir com o processo de indenização. 3. Respostas a Geraldo: precisamos tratar todos os faiscadores e garimpeiros tradicionais da mesma forma, do contrário vamos errar, então a definição de critérios não é simples, atrasamos sim o início do processo de mapeamento, isso da UFMG está bem no início, estamos conversando sobre isso e trouxemos aqui para não escutarem por aí depois, esse estudo não é de antropólogo, é de geólogos que vão a campo com vocês para estudar a possibilidade de retorno do garimpo, vamos continuar com as indenizações, sim, e precisamos encontrar um caminho para quem ainda não é atendido; é preciso estudar com vocês a possibilidade de retorno da atividade, será tudo dialogado. Evitar confusão entre o estudo do professor Aderval e outro que entendemos necessário. 4. Respostas a Reinaldo: realizar o reflorestamento de acordo com os conhecimentos tradicionais é nossa obrigação em razão da PNGATI, estamos trazendo a Roseli que trabalhou com a Funai no Amapá, ela tem muita experiência de conversar com as comunidades; se não cumprirmos as orientações da PNGATI não podemos prosseguir, essa participação dela faz parte de uma deliberação da comunidade feita em uma oficina, que os velhos possam trazer seu conhecimento para o processo de recuperação florestal, queremos articular o que existe com o conhecimento de vocês, caso não queiram, a comunidade precisa dizer, mesmo não querendo esse projeto está dentro da ação de outro programa da Renova; o que não houve foi reunião de consulta e estamos pedindo isso para dialogar melhor. Reinaldo argumentou que não é questão de querer ou não, é pedido de esclarecimento do que será feito. Nesse momento houve nova participação da moradora Simony, ao telefone, mas não foi possível colher o relato dela. Em seguida, Geraldo falou que a Comissão dos faiscadores não é contra a Renova se reunir com outros grupos no território, que estava falando sobre uma pessoa que representa o Clube dos 17 que estavam faiscando quando a lama chegou, quando foi criado o GT a pedido da Bruna uma pessoa disse que não faria parte e hoje ele senta com a Renova mas pra discutir o problema dele e das 17 pessoas que estavam trabalhando lá, mas não pra discutirem os problemas da comunidade. O próximo a falar foi Tiago: as falas têm trazido incômodo que não é novidade, nesse intervalo de três anos foram realizadas muitas coisas, não podemos achar que porque Degredo tá no PBAQ está rápido pois na verdade os outros estão atrasados e não podemos retroagir naquilo que foi acordado, é preciso respeitar o papel de cada um nessa governança e a própria governança, no caso da CT os prazos solicitados não tem sido respeitados, do contrário ficaremos sempre discutindo assuntos de reunião passada, o ECQ Degredo foi apresentado em março por pressão dessa CT, o mesmo aconteceu com o PBAQ, é uma disputa constante e não podemos retroagir, revisar, sim, quando necessário; o CIF é a hierarquia que está no topo do TTAC, não o Conselho da Renova e exemplificou com o tema do ECQ que em janeiro/19 foi emitido o Ofício 9/2019 da CTIPCT aceitando o pedido da H&P de desmembrar os estudos complementares do ECQ para que ele pudesse ser entregue logo, mas até hoje o ECQ não foi entregue, por isso na Nota Técnica encaminhada pela presidência da Palmares via Ofício 96 pediram novamente o ECQ que é fundamental por consolidar uma entrega e é direito da comunidade ter acesso a ele; ressaltou que os estudos complementares precisam compreender um ciclo hídrico inteiro (cheia e seca); no mesmo Ofício pediram inclusão de estudos do mar. Destacou que o ofício foi recebido pela Renova no começo de abril. Disse que o Ofício 6/2019 da CT orientava que continuasse a ser a H&P a responsável pelos planos de ação decorrentes do ECQ e que faltou a Renova aditar o contrato para entregar os Planos de Ação e de Negócios no prazo de 120 dias que finaliza em agosto e que se há problema com prazo, isso precisa ser falado via Ofício. Informou que ocorreria reunião no dia 10 de maio para falar dos cronogramas de revisão do PG04 que foi desmarcada pela Renova em razão da apresentação de hoje mas entendo que não dialoga. A data acordada de entrega de abastecimento de água é junho; sobre pagamento das indenizações é possível utilizar metodologias utilizadas em outros casos, a exemplo da cartografia social, bem como os danos que já foram apresentados no ECQ; a indenização em Degredo não parte do zero, já falamos isso em

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Linhares, para diminuir a angústia é preciso finalizar a entrega das indenizações individuais. Também acordamos que na revisão do PG04 a indenização fosse trazida para dentro desse programa porque o PIN não atende esses povos; não quero cortar o encaminhamento dos demais mas entendo que a apresentação de hoje não atende acordos realizados anteriormente, então não autorizamos que seja entregue ao CIF. A decisão de suspensão dos estudos apontado pelo Toninho é drástica mas é de quem está no limite. E seguida, Francisco falou: os danos são diários, então pensando nessa lógica de pagamento das indenizações somente após a aferição de todos os danos, estamos fadados a paralisar o processo. Agora em maio completamos 3 anos e 6 meses do ocorrido e é apresentado um jeito que alonga mais o processo de indenização; é possível avançar pelo menos do ponto de vista individual com tudo que já foi levantado até hoje. Sobre a cartografia social, o estudo foi feito com pescadores e pensado em fazer algo parecido em Degredo que são mais ou menos 500 famílias; é preciso ver que está se andando para frente, que seja tudo arrumado, as empresas saiam do território e a vida volte a andar. Não temos como aceitar que até hoje a Renova saiba da dificuldade de diálogo e até hoje não temos mais pessoas, precisamos de gente dialogando para diminuir as tensões, dizer que vai ter um estudo e depois falar que estão pensando em estudo gera mais tensão no território, é preciso que as falas da Renova estejam coordenadas. Eduardo escutou todas as nossas falas em Linhares e sabemos que acima dele tem o Ricardo e acima do Ricardo há outras pessoas; o que parece após o slide é que ou as coisas estão paradas ou vão atrasar; tínhamos a sensação que tudo estava andando. Após o debate, o primeiro encaminhamento da reunião foi E1: Renova apresentar todos os estudos pendentes com previsão de entrega e indicando se há necessidade de reconstrução ou renovação. Ricardo retomou a palavra e disse que entende ser coerente a proposta de prosseguimento dos procedimentos de indenização por danos individuais, em Degredo, e passou a palavra para Eduardo e Gabriel que trabalham na Renova há mais tempo, pois entende que o PIN não estava pactuado com cronograma, sendo necessário fazer a pactuação para ver como andar dentro da Renova; que entendendo que o ECQ está pactuado, sugere que pela complexidade da definição de danos que se esperassem os estudos sobre os demais. Tiago informou que de fato o dano coletivo está vinculado aos resultados dos estudos, mas o individual, não; que no dia 24 de maio ocorrerá reunião no território onde poderão discutir o assunto. Eduardo informou que na reunião do dia 25 de abril foram trazidos os pontos sobre indenização e se for consenso que há elementos para prosseguir com a indenização individual, precisam de um cronograma e encaminhar como será feito isso. Ricardo informou não poderiam definir isso na reunião da CTIPCT, que precisam conversar internamente na Renova com a área de indenização antes de prosseguir. Valéria sugeriu que a Renova comunique-se por Ofício quando acontecerem encaminhamentos diferentes daqueles acordados em reuniões. Ricardo informou que não pode se comprometer como gerente antes de pactuar com a área de indenização. Francisco comentou que a participação de representantes da Renova na reunião do dia 24 de maio é importante mesmo que para dizer que não podem pactuar nada e entende que ocorreram avanços exemplificando com a sugestão de utilizarem a metodologia da cartografia social no território e disse também que a Renova está ciente das demandas da comunidade, não sendo possível travar as coisas novamente. Cris informou que estão há três anos e meio do desastre e quase três anos da Renova e que o processo de recuperação partiu de situações de dupla contingência de violações pois as vulnerabilidades que já existiam nas comunidades foram ampliadas com o desastre; disse que se tivessem conseguido construir políticas mais efetivas desde o começo poderiam ter melhores resultados e pediu que a reunião do dia 24 de maio fosse mantida para que possam discutir internamente e estejam lá com a maior equipe de pessoal; complementou que a Renova está se reorganizando, que a parte de indenização saiu do PIN e foi para outra diretoria. A partir disso, saiu o segundo encaminhamento do dia. E2: manter a agenda do dia 24 de maio e a Renova dialogar da maneira mais aberta possível. Ricardo informou que se preocupou de não realizar um diálogo sem participação da área responsável e disse que será feita uma conversa internamente para ver o que poderá ser feito a respeito do assunto der pagamento das indenizações. Jorge resgatou a fala do cacique Toninho sobre a compreensão local dos danos e disse que via um entendimento de que existem danos pacificados e passíveis de serem indenizados mas a fala de hoje pareceu que precisarão voltar atrás nos entendimentos. Ricardo pontuou que sobre os territórios Tupiniquim e Guarani, é possível prosseguir com os danos que são consensos desde que ocorra pactuação conjunta de todas as comunidades e que se Comboios discorda não podem seguir com as indenizações. Valéria pediu que o ECQ de Degredo seja entregue àquela comunidade em até 15 dias e que sejam encaminhados os assuntos que são consensos no estudo preliminar realizado nas aldeias Tupiniquim e Guarani. Toninho disse que uma comunidade indígena não possui obrigação de aceitar o mesmo que outra comunidade, que são questões internas e sua comunidade não pode ser prejudicada por causa de outra comunidade; continuou informando que se reuniria com as demais lideranças da aldeia para saber se deveria continuar na CT pois essa não era sua vontade no momento. Jorge informou que a condicionante colocada pelos Krenak foi a assinatura de um Termo de Garantia com Vale, Samarco e BHP que há quase um ano estavam discutindo sobre o assunto e ainda não havia resposta. Valéria informou que o entendimento da CT era que a apresentação feita por Ricardo não se caracterizava como cronograma de atividades para próximos três meses, por isso solicitou informações sobre cada um dos programas, sendo definido o terceiro encaminhamento. E3: Renova apresentar uma matriz dos estudos com origem da demanda, objetivo e prazos a ser discutida na próxima reunião da CTIPCT, portanto o documento deverá ser encaminhado com prazo de até 5 dias

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

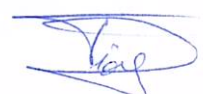
úteis antes do próximo encontro. Por fim, Valéria pediu que outro funcionário da Renova fique responsável pelos estudos junto aos Tupiniquim e Guarani, incluindo-se as idas ao território, em razão de vínculo anterior do Ricardo com empresa que realizou estudos na mesma região. Hugo comentou sobre revisão do escopo do documento do programa por entender que o desenho atual não reflete o TAC Gov e não acompanha o que está acontecendo nos territórios, indicando um pedido de inovação de propostas metodológica para atender da melhor forma as comunidades, definindo-se, então, o quarto encaminhamento, E4: criação de um GT de revisão e definição de escopos de programas. Ricardo informou que a apresentação foi uma tentativa de mostrar que o entendimento da Renova não estava claro e disse que precisa de mais informações sobre a água nos Krenak, pois tinha a informação de que a água dos Krenak para consumo não era do Rio Doce; falou que a CT possa usar o entendimento de emergencial, transitório e estruturante para pensar as ações pois entende que a falta de alinhamento entre as partes dificulta o andamento dos trabalhos. Hugo falou que havia entendido que a proposta do Ricardo era colocar isso na discussão de escopo dos programas, enquanto sua sugestão foi aproveitar o TTAC que permite criação de GT com dinâmica de trabalho que permite consulta aos atingidos e faria o recebimento do conjunto de demandas. Valéria complementou que o GT seria formado por pessoas da CT que juntariam as demandas ao escopo dos programas pensado pela Renova. Ricardo perguntou como funcionaria o diálogo do GT com as comunidades. Tiago acrescentou que também estava com essa dúvida pois o prazo de revisão do PG04 é de 90 dias. Hugo acrescentou que o escopo dos programas não pode anular a discussão que tem sido feita na CT mas que precisa melhorar itens e espelhar as discussões que tem acontecido nos territórios. Encerrado o debate, a reunião foi pausada para o intervalo do almoço. No período da tarde, foi retomada pela coordenadora interina Valéria Carvalho que recuperou o encaminhamento sobre a criação do GT a fim de fechar datas de trabalho. Hugo falou que é necessário saber os trâmites de criação de GT e que o GT se feche em pensar escopos dos programas sem comprometer o andamento das ações que vêm sendo realizadas. Tiago propôs uma definição da Renova. Eduardo sugeriu o encaminhamento da Renova readequar o cronograma e entender como se dariam as relações com as demais comunidades; disse que na discussão queriam entender o panorama a partir do planejamento da equipe e depois estabelecer datas. Em seguida, deu-se início aos demais pontos da pauta geral. i. Devolutiva quanto ao Ofício 01/2019/CT-IPCT Orçamento dos Programas 03 e 04 – apresentação e esclarecimentos (equipe específica do tema): Ricardo informou que estão revisando o cronograma da equipe de trabalho que será apresentado até o final de junho e pediu prazo até julho para a orçamentação. A CT aprovou e fez o seguinte encaminhamento: E5: Renova apresentar o orçamento dos Págs. 03 e 04 em até 5 dias antes da reunião da CT em julho. O próximo ponto abordado foi ii. Discussão sobre Ofício 02/2019/CT-IPCT e o formato dos próximos Relatórios Trimestrais: Eduardo disse que concordam com os pontos e agradecem a contribuição técnica e informou que alguns pontos relacionados a entendimentos serão respondidos por Ofício para nivelamento de entendimentos e que depois poderão discutir isso; sobre o relatório trimestral, pediu para ampliar o prazo de entrega para produzir um documento com mais robustez, sendo aprovado e encaminhado: E6: prorrogação da entrega do relatório trimestral por 10 dias, nova entrega em 20 de junho. A seguir foi apresentado iii. Detalhamento de ações dos Programas 03 e 04 junto às comunidades tradicionais (deliberação CIF): Eduardo apresentou a metodologia de revisão dos Programas que foi desenhada com base na dinâmica e prática da Renova de distribuir a definição de programas em 4 etapas (1. Informação e construção de diretrizes, podem usar o modelo de reunião que ocorreu em Degredo no dia 24 de abril; 2. Realização de Planejamento/ Plano de Trabalho; 3. Execução da Revisão dos Programas; 4. Sistematização e Consulta de Validação Comunitária) e cada etapa tem uma validação interna para continuação. Tiago comentou que a cada etapa haveria o repasse ao GT da CT também para acompanhamento. Hugo comentou que a discussão de revisão e definição de programa, por exemplo dentro do PG04, precisa estar refletido dentro do escopo do programa; que esses GTs não seriam de revisão, seriam de detalhamento das ações dos programas e isso vai justificando o escopo do programa que precisa estar alinhado com as ações em campo; disse que por isso é importante atualizar os escopos. Tiago falou que a ideia era fazer a discussão no território já pensando no texto do Programa, e perguntou a Hugo se escopo seria o detalhamento do programa, por isso a proposta foi construir junto na comunidade e depois ser validado no GT. Cris respondeu que Hugo sugeriu revisão do escopo do programa. Tiago complementou que a discussão do escopo é o que estavam fazendo desde o começo e que a proposta da manhã foi a construção junto com os atingidos, atendendo ao TAC GOV, e depois a validação pela CT por meio do GT. Eva informou que a metodologia utilizada pela Renova foi aprovada no CIF e que por meio dessa define-se em cada processo o que será realizado e posteriormente saem os projetos executivos que detalham o funcionamento. Cris informou que os programas 03 e 04 são os únicos para grupos vulneráveis, os demais, em geral, falam em direitos e que por isso funcionam como se fossem intermediários para os demais programas, então precisam de uma integração maior; e completou que já existe uma expertise na execução que não se pode desconsiderar. Ricardo perguntou se em termos de fluxos a ideia seria o GT, ao participar de reuniões na CT, acolher as considerações das bases e recolher esses subsídios debaixo para cima. Hugo respondeu que sim e acrescentou que algumas diretrizes também devem vir de cima para baixo exemplificando com as diretrizes sobre reconhecimento de populações tradicionais que devem ser apresentadas pela Renova. Ricardo complementou que nem sempre é simples conseguir informações de outras áreas mas que acredita que o GT proposto

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

possibilitaria isso. Eduard disse que a proposta de trabalho para esse tema específico já começaram na prática em Degredo e querem iniciar em Aracruz o mais breve possível, precisando de forma dialógica esgotar as fases para não ocorrer modificações no momento de fechar. Nesse momento, saiu o encaminhamento de: E7: Renova encaminhar o cronograma das reuniões nos territórios quilombola, indígenas e faiscadores até 31 de maio. Tiago sugeriu ser importante resgatar documento com orientações sobre consulta a povos tradicionais. O assunto seguinte foi iv. Encaminhamentos da reunião ocorrida em 01/04 na Sede da Procuradoria da República em MG, com MPF Debate sobre ações compensatórias e reparatórias no âmbito de desastres ambientais - FGV, UFMG, comissões de atingidos de Barra Longa, Rio Doce, Xopotó (Ponte Nova), Santa Cruz do Escalvado e Mariana, e com representantes da Fundação Renova (Procedimento Administrativo n.º 1.22.000.003765/2015-73): Gabriel informou que o entendimento do professor Aderval é que esse grupo precisa ser atendido mas que nesse momento o atendimento por lista é considerado frágil pela Renova. Acrescentou que a Renova apresentará uma proposta de atendimento mas ainda não há prazo. Valéria reforçou a necessidade de um indicativo de atuação com os faiscadores por parte da Renova que fazem parte da CT e sugeriu apresentação de um cronograma de atendimento até o final da semana, sendo aprovado o seguinte encaminhamento: E8: Fundação Renova se posicionar sobre o atendimento aos faiscadores, apontando inclusive as dificuldades, e trazer informações sobre cadastros feitos e o que se pode aproveitar para essa comunidade até dia 24 de maio. Francisco acrescentou que, a partir da resposta da Renova, a CT poderá prosseguir com alguma sugestão de encaminhamento; disse também que a partir da fala do Ricardo de que há assuntos que precisam passar por outras diretorias, perguntando se era possível aproveitar a metodologia de cartografia social já realizado em outras comunidades para ser replicado em Degredo e se no dia 24 de maio seria possível a Renova apresentar uma resposta, sendo aprovado o encaminhamento: E9: Renova responder na reunião em Linhares no dia 24 de maio sobre a possibilidade de realizar uma cartografia social em Degredo. Ricardo disse que iriam buscar entendimentos internos para essa resposta. Mônica perguntou se a cartografia seria realizada pela própria Renova ou terceirizado, Eduardo respondeu que ainda não é possível ter essa resposta porque não foi a área deles que fez as outras cartografias; acrescentou que é necessário desenvolver bem a habilidade de interpretar uns aos outros nas reuniões da CT para evitarem que processos sejam travados. Hugo falou que a questão de estudar uma proposta pode ser identificada como um ponto que precisa ser estudado, por exemplo a identificação de população tradicional, então a solução metodológica precisa ser desenvolvida pela Renova e aplicada em campo; no caso dos pescadores de fato o elogio é que é talvez a única metodologia desenvolvida com a comunidade, então fica a sugestão de se aplicar isso em outros grupos, essa metodologia da cartografia poderia ser utilizada em outros grupos para definir junto com a comunidade quem é quem, pois os critérios têm sido definidos a priori e gerado dificuldades. Gabriel informou que a proposta da Renova é construir uma política de atendimento. Francisco acrescentou que nessa resposta da Renova fique clara a política de atendimento a povos e comunidades tradicionais pois do jeito que tem ocorrido parece uma negação de direitos. Tiago complementou que fraudes no processo de identificação são bem mais difíceis de ocorrerem se forem feitas ações nos territórios. Cris adicionou que a melhor metodologia é cadastramento e processo de elegibilidade para que possam criar critérios para os pagamentos de indenização; que sabem que houve adoção de lista mas após algumas reuniões no MP foi solicitado que se finalizassem as identificações e o combinado foi voltar para o sistema de cadastramento. Francisco questionou por que a lista encaminhada pela comunidade não é aceita e informou que a lista definida pela comunidade não viola a Convenção 169 da OIT tampouco o TTAC. Cris respondeu que no Ofício conseguiriam explicar melhor e concordou com a proposta do Hugo que precisam usar metodologias mais participativas mas também não podem deixar de utilizar a metodologia do professor Aderval. Nesse momento saiu o encaminhamento: E10: A Fundação Renova responderá em Ofício sobre os faiscadores até o dia 24/05 e se organizará para agir o mais breve possível. Isabel, representante da Seppir registrou que acompanhará o processo de perto e os representantes dos faiscadores que estavam na reunião destacaram que as listas encaminhadas à Renova foram construídas a partir de Assembleias da Comissão de Atingidos com a comunidade. O ponto seguinte já havia sido superado, portanto deu-se prosseguimento à reunião a partir da Pauta indígena: i. Resposta quanto ao pedido de inclusão de novas famílias Krenak, encaminhado pela FUNAI. Eduardo apresentou que o posicionamento da Renova agora é que a inclusão das quatro novas famílias, em 2018, pudesse estabelecer um canal de diálogo da Renova com aquele povo tal qual possuem com os demais povos indígenas atingidos, mas a Renova entendeu que não teve condições de incluir devido à pouca evolução do processo. Valéria perguntou se ocorreu diálogo com a Vale. Ricardo respondeu que essa é a posição da Renova e hoje a Vale entendeu, sendo solicitado pela Valéria que seja feita a resposta oficialmente, incluindo a resposta da Vale. Ricardo informou que a Vale respeita a recusa da Renova em incluir essas 7 famílias e que tudo será explicado por Ofício. Jorge: já que levantaram o histórico, é bom lembrar que o acordo entre a Vale e os Krenak é anterior à constituição da Renova, por isso não é justo penalizar famílias por conta de um fato superveniente que foi a criação da Renova; que entende que há dificuldade operacional mas não entende porque não acrescentar famílias que já vem demandando isso desde 2016 com consensos dentro da comunidade; e que foi uma determinação do CIF a inclusão das 4 famílias. Gabriel comentou que entende a solicitação do Ofício mas a Renova não pode falar pela Vale do ponto de vista jurídico, sendo solicitado por Valéria

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

que a empresa seja consultada para conhecimento da demanda. Em seguida, falou-se sobre ii. Atualizar informações sobre pauta sistema de abastecimento Tupiniquim Guarani e apresentar cronograma de execução: Ricardo informou que ontem ocorreu reunião com a consultoria que fará os trabalhos e estão marcadas 2 reuniões no território para construção do projeto conceitual que deverá ser apresentado em outubro. Toninho informou que a comunidade não quer que isso ande lentamente e está sendo cobrado para não deixar acontecer a mesma coisa que tem acontecido com o plano de cheia que foram entrando mais atores no grupo e, se fosse pra esse caminho, iriam dialogar diretamente com a Diretoria da Renova, acrescentou que estava prevista reunião com eles em novembro de 2018 mas com a repactuação do TTAC deixaram mas agora agilizaria isso novamente porque a prioridade tem que ser o que está sendo discutido que são aquelas quatro aldeias. Ricardo disse que entende que se a posição mais drástica for necessária, que ela deve ser feita; acrescentou que designou a funcionária Carla, que ficava nos Krenak, para acompanhar de perto esse assunto mas ela não conseguiria fazer a visita in loco com o consultor mas se reuniriam com ele até o final da semana. Rafael, servidor do DSEI-MG/ES participando por videoconferência, confirmou a fala de Ricardo e corrigiu que o fechamento das propostas ficou para junho, em maio ocorreriam as visitas técnicas com o projetista contratado pela Renova e até junho vão fechariam as propostas para os SAAs. Ricardo informou que seria preciso afinar isso com o consultor porque a área técnica da Ione precisaria avaliar qualidade do trabalho do consultor que é um terceirizado, por isso ela teria pedido para ampliar o prazo para setembro mas diante da informação realizaria reunião até sexta com Ione e o consultor para ver se conseguiriam adiantar isso. Valéria comentou que a Renova estava com a equipe do DSEI quando aventou a data de junho e agora na reunião trouxeram outra data. Ricardo respondeu que a oficialização da data seria feita na reunião desta semana. Edna informou que em reunião com Ione foi apresentada a limitação da área dela e esse cronograma foi construído intercâmaras. Ricardo reafirmou que a partir da reunião com a área técnica e com o consultor seria possível entender o que aconteceu e até a próxima semana oficializaria a data correta. Jorge falou que há níveis de diálogos que são quebrados em alguns momentos pela Renova pois entende que quem participa das nossas negociações possui autonomia para pactuações. Toninho disse que se a pessoa não tem posição para decidir que não deveria assumir a função porque entende ser falta de responsabilidade e acrescentou que não queria voltar na próxima reunião e falar novamente desse assunto. Téo Furtado disse que há assuntos discutidos que não são da sua área mas percebeu limitações que acontecem por limitações de governabilidade da Renova e pediu que as pessoas responsáveis pela pauta específica respondessem com antecedência e perguntou se a Renova precisaria de muito tempo para tomar uma posição concreta sobre o tema. Reinaldo perguntou a função do consultor que faria o trabalho porque entende que quem elabora projeto de SAA é a Sesai com a comunidade indígena. Ricardo disse que Rafael poderia responder à pergunta de Reinaldo e que até a próxima semana seria respondido e acrescentou que precisava ter trazido pessoas da área responsável para explicar a situação, que o consultor tentaria entregar até o final de junho mas a área técnica precisaria de tempo para avaliar o projeto. Francisco comentou que houve descumprimento de prazo pactuado com a comunidade que não foi informado anteriormente e que a situação de uma pessoa dizer algo à comunidade e depois o superior desmentir poderia parecer má-fé pois observou que é uma ação reiterada e acrescentou que a dificuldade da Renova em colocar gente com poder de decisão nos espaços destruiria a relação da Renova com os atingidos, concluindo que seria preciso ter um esforço para que a palavra da Renova seja mantida. O ponto seguinte foi iii. Agenda em resposta ao Ofício Fundação Renova OFI.NII.102018.4511-3 – ECI Tupiniquim Guarani. Valéria informou que na semana anterior havia sido encaminhado e-mail sugerindo agenda no território Tupiniquim Guarani dias 28 e 29 de maio e na sexta-feira consultaram a possibilidade de uma reunião da equipe técnica da Funai com a Renova sobre o TR e Instruções Normativas citadas no Ofício e deixando o diálogo no território para os demais itens. Continuou informando que recebeu na segunda a resposta da Renova que não seria possível manter a agenda e perguntou se seria possível ter agenda com a Renova até sexta de manhã para servir de prévia para reuniões dias 28 e 29 pois entende que tempo do desastre vai se alongando e não conseguiram avançar nos temas estruturantes. Eduardo respondeu que estavam dialogando há alguns meses e existiria a expectativa de continuidade dos processos do ECI, que possuem dúvidas de temas técnicos e temas que são conversas com a Funai; lembrou o pedido da Renova de que nessa primeira reunião institucional o diretor André participe; que seja realizado acerto procedimental com a Funai, depois conversa técnica com a polifônicas e finalmente a ida a campo e finalizou que não havia datas disponíveis nesta semana, pedindo repactuação de datas. Valéria pediu que a reunião não demorasse a acontecer porque as atividades da Polifônica estariam paralisadas e sugeriu que o André se reunisse com o Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai na sede em Brasília na sexta-feira da semana seguinte pois o outro cenário seria essa reunião acontecer no final do mês e a ida a campo apenas em junho, o que entende que poderia aumentar as tensões. Eduardo respondeu que verificariam a possibilidade de agenda do diretor André e se não fosse possível na sexta-feira da próxima semana, buscariam a data mais próxima possível; e que se não conseguissem realizar a agenda no final do mês, poderiam fazer comunicação com o território. Valéria informou que a intenção de todos é avançar que estaria no aguardo da resposta da Renova até o dia seguinte à esta reunião pois gostaria que Jorge participasse do encontro. Finalizada a pauta indígena, a reunião avançou para a pauta quilombola: i. Revisão do PG04 considerando agendas dos dias 24/04 e 10/05, encaminhamentos dados. O grupo entendeu que esse

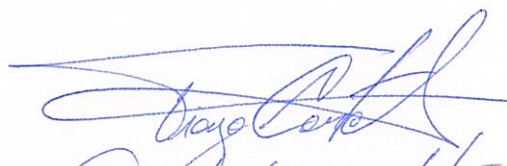


CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

assunto já havia sido tratado anteriormente, por isso seguiram para o ponto ii. Atualização de informações sobre o atendimento emergencial de água: Ricardo informou que o aditamento do contrato foi aprovado e o pedido de tempo máximo para início da execução é de 40 dias a partir do dia 15/05 e que o Diretor da renova oficializaria em resposta ao governador do Estado do ES e que entendendo que os estudos da causalidade avançariam, dariam andamento nos projetos de abastecimento de água. iii. Atualização de informações sobre o Projeto Básico para medidas estruturantes de abastecimento de água: foi informado que em relação a Degredo a área técnica da Ione realizou uma reunião e apresentou cronograma que inclui apresentação do projeto conceitual em oficina com a comunidade prevista para junho mas tentariam apresentar na CT pelo menos o projeto preliminar e depois marcar o final com a comunidade e seria importante a participação do município de Linhares que vai executar o projeto pois muitos atrasaram para iniciarem por questões técnicas e para passar de fase precisariam aprovar o projeto conceitual com a comunidade e com a prefeitura para não ter dificuldade de gestão. Tiago comentou que no prazo de 14 junho para apresentar o projeto básico não seria necessário apresentar o conceitual para a CT a qual só interessaria conhecer o projeto básico e que tudo seria realizado em Linhares mesmo com a Comissão Intersetorial em Linhares que acompanharam as reuniões de janeiro e fevereiro, precisando apenas mandar as memórias de reunião. A respeito dos temas seguintes, iv. Apresentação do PIM sobre sua implantação envolvendo outras atividades produtivas e os parâmetros de cálculos e v. Informações sobre a elaboração dos planos de ação e de negócio das medidas previstas o PBAQ, o grupo entendeu que já havia sido discutido, assim a reunião prosseguiu para a pauta faiscadores. Ao realizarem a leitura dos tópicos i. Atualização das atividades de Mapeamento e agendas com MPF e Cronograma de ações em desenvolvimento e previstas junto às comunidades (encaminhamentos quanto a reunião do dia 16/04/201) e ii. Proposta de cronograma de discussões vinculadas ao Programa de Indenização para as Comunidades Tradicionais de Faiscadores, a partir das demandas das comunidades já apresentadas à Gerência PCT da Renova (em reuniões nas comunidades e/ou na CT-IPCT), os presentes informaram que as demandas foram respondidas no período matutino da reunião, assim o encontro foi encerrado às 17 horas.

Os encaminhamentos da 21ª reunião foram:

- E1: Renova apresentar todos os estudos pendentes com previsão de entrega e indicando se há necessidade de reconstrução ou renovação;
- E2: manter a agenda do dia 24 de maio e a Renova dialogar da maneira mais aberta possível;
- E3: Renova apresentar uma matriz dos com origem da demanda, objetivo e prazos a ser discutida na próxima reunião da CTIPCT, portanto o documento deverá ser encaminhado com prazo de até 5 dias úteis antes do próximo encontro;
- E4: criação de um GT de revisão e definição de escopos de programas;
- E5: Renova apresentar o orçamento dos PGs 03 e 04 em até 5 dias antes da reunião da CT em julho;
- E6: prorrogação da entrega do relatório trimestral por 10 dias, nova entrega em 20 de junho;
- E7: Renova encaminhar o cronograma das reuniões nos territórios quilombola, indígenas e faiscadores até 31 de maio;
- E8: Fundação Renova se posicionar sobre o atendimento aos faiscadores, apontando inclusive as dificuldades, e trazer informações sobre cadastros feitos e o que se pode aproveitar para essa comunidade até dia 24 de maio;
- E9. Renova responder na reunião em Linhares no dia 24 de maio sobre a possibilidade de realizar uma cartografia social em Degredo;
- E10: A Fundação Renova responderá em Ofício sobre os faiscadores até o dia 24/05 e se organizará para agir o mais breve possível.


Coordenador Suplente
CT-IPCT